

Empregadas domésticas em contextos de migração no interior do nordeste brasileiro

Cícera Lílían Alves Lopes, Marina Félix de Melo

1 Mestre em Sociologia e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas, Brasil. Gerente e Sócia do Innovate Instituto de Pesquisa e Consultoria, Maceió-AL, Brasil. E-mail: lilianlopes434@hotmail.com; 2 Soutora e Vice-Diretora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Doutorada em Sociologia pelo PPGS da Universidade Federal de Pernambuco, Brasil, e pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal. E-mail: marina.melo@ics.ufal.br

Resumo: O presente artigo objetiva compreender as motivações para a atividade de empregada doméstica de mulheres migradas de aldeias para a capital do estado de Alagoas, no Brasil. Realizou-se entrevistas como principal técnica de coleta de dados e a análise de conteúdo como técnica de análise das informações. Nas entrevistas, empregadas domésticas narram sobre o cotidiano laboral de suas funções e relatam as distâncias e aproximações vivenciadas nas relações com a/o contratante, perpassando aspectos ligados às estratificações de classe, gênero etc. São descritas experiências desde humilhações sofridas até a ocultação da ocupação com vista a negar o pertencimento à categoria profissional. Os relatos mostram também a situação de pobreza enfrentada no interior de onde são oriundas e a necessidade que impulsionou a migração para capital do Estado de Alagoas. Contextualizam-se aspectos históricos e políticos que colaboraram para a situação atual do emprego doméstico. Os entraves e as possibilidades de inserção no mercado de trabalho após a migração são compreendidos a partir das narrativas que relatam a escolaridade como principal aspecto para a falta de opção em outra categoria de trabalho.

Palavras-chave: Empregada doméstica, Trabalho, Migração, Brasil.

Female Domestic Employees in Migration Contexts in the Brazilian Northeast

Abstract: The present article aims to understand the motivations for the activity of maid of women migrated from the interior to the capital of Alagoas. Interviews were conducted as the main collection technique and content analysis as analysis technique. In the interviews, domestic servants narrate about the daily work of their functions and report the distances and approximations experienced in the relations with the contractor, crossing aspects related to the stratifications of class, gender, etc. Experiences are described from humiliations suffered to the occultation of the occupation in order to deny the professional category. The reports also show the situation of poverty faced in the interior of where they come from and the need that has driven the migration to capital of the State of Alagoas. Contextualizam historical and political aspects that have contributed to the current situation of domestic employment. The barriers and the possibilities of insertion in the labor market after the migration are understood from the narratives that report the schooling as main aspect for the lack of option in another category of work.

Keywords: Housemaid, Job, Migration, Brazil.

1. Apresentação

As temáticas de estudo sobre as condições de vida das empregadas domésticas brasileiras ganha destaque nos últimos cinco anos, sobretudo, devido às polêmicas que envolveram a conhecida PEC das Domésticas (PEC 66/2012), e a aprovação da Lei Complementar 150/2015, em que as empregadas domésticas passam a ter seus empregos reconhecidos e regularizados do ponto de vista formal para as leis brasileiras, cabendo-lhes a determinação de uma jornada de trabalho de até 8h por dia (44 horas semanais), dentre outros direitos que passaram a ser assegurados, a exemplo da remuneração por hora extra prestada, adicional noturno, salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, direito ao seguro emprego, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentre outros. Neste contexto, apresentamos o presente artigo que é fruto de uma investigação realizada no Brasil entre os anos 2016-2018, cujo principal objetivo foi o de investigar as motivações para a atividade de empregada doméstica de mulheres migradas do interior do estado de Alagoas para a capital Maceió. O estudo, realizado com técnicas de entrevistas e observação, concretizou-se com dez empregadas domésticas assalariadas de origem rural que migraram para a capital alagoana, Maceió. Evidenciou-se problemáticas que movimentam os processos migratórios internos ao Brasil, os interesses das migrantes e os entraves para conquistar espaços no mercado de trabalho.

Ao que concerne às técnicas de coleta de dados utilizadas, foram seguidos os critérios da metodologia qualitativa de entrevista em profundidade de tipo semi-estruturada, na qual o roteiro da entrevista abrange as principais perguntas, embora na medida em que surjam questões específicas, ao longo das narrativas devido o contexto de cada entrevistada, são acrescentadas novas perguntas, como também as perguntas podem ser reconstruídas a partir das respostas apresentadas. Para Manzini (1990) esse método de investigação permite a inserção, de modo livre, de questionamentos específicos e dessa forma as entrevistas não se tornam limitadas pelo roteiro.

As perguntas que guiaram as entrevistas foram elaboradas de acordo com os eixos codificados em nossa análise de conteúdo, oriundos das dimensões analíticas que sustentaram a investigação. O primeiro eixo contemplou questões sobre “Trajetória formativa: migração e fixação”. Realizamos perguntas como: Qual a atividade que você realizava em sua cidade de origem?; Como ocorreu a sua decisão pela migração para Maceió?; Por que você começou a trabalhar como empregada doméstica?; Durante o período da sua infância e adolescência, como eram as condições econômicas de sua família?; Em qual bairro você mora?; Com quem você mora?; Em qual bairro você trabalha?; Qual é a sua escolaridade?; Como é a sua rotina de trabalho?; Você trabalha com carteira assinada?; Qual é o valor do seu salário?; O que você acha do valor do salário?, dentre outras. O segundo eixo contemplou questões sobre “Contextos de auto-reconhecimento”, contendo as perguntas: Como é o seu relacionamento com os seus patrões?; Ao sair junto com os seus patrões para locais públicos como, por exemplo, restaurantes e supermercado, como se sente?; Como é na hora das refeições?; Nos dias em que os seus patrões recebem visitas, onde você almoça?; Quem são os seus amigos?; Caso você tenha um relacionamento amoroso, você costuma falar sobre o seu trabalho com o seu parceiro?; Como se sente ao dizer que é empregada doméstica?; Como você acha que as pessoas te enxergam?; Qual é a vantagem de ser empregada doméstica?; Qual é a desvantagem de ser empregada doméstica?; Em qual local você se sente mais à vontade, na casa dos patrões ou na residência de seus familiares?; Para

você o que é ser empregada doméstica?; Qual é a sua maior motivação ao trabalho?; dentre outras.

Como método de análise foi escolhida a análise do conteúdo, cujo método divide-se em três etapas: a primeira etapa é a pré-análise, a segunda é a exploração do material e a terceira é a de tratamento dos dados, dividida pelas fases de inferência e interpretação. Durante o processo de inferência considerou-se que a inserção no mercado urbano na função de empregada doméstica não é ocasionada por um único aspecto, ao contrário, um conjunto de fatores influencia e permite o processo migratório seguido da contratação da mulher no serviço doméstico.

Rodrigues e Vasconcelos (2010) afirmam que o serviço doméstico é uma das atividades que mais atrai a migração do gênero feminino no Brasil. Disto, buscamos explicar os motivos da inserção de mulheres na atividade doméstica e não em outras modalidades de serviço. Embora o senso-comum aponte para caminhos explicativos como a pobreza, como os papéis modelados de gênero que mulheres pobres ocupam ou modelos marcados pelo serviço familiar de ranço escravocrata nomeadamente a uma região do País que ainda carrega uma cultura coronelista permeada pelo histórico de exploração laboral no campo, buscamos compreender como possíveis aspectos gerais materializam-se em um campo permeado por subjetividades nas relações laborais destas mulheres.

O trabalho doméstico no Brasil tem origem com o fim do período escravocrata. Esse facto histórico colabora para a construção de estigmas atribuídos ao grupo. Ainda há a predominância de negras e pardas na atividade laboral de doméstica. Antes “criadas”, agora trabalhadoras domésticas, a categoria profissional sofre em razão de um processo amplo de reprodução da desigualdade. Além disso, trata-se de uma atividade de cuidados femininos, assistência à família e criação de crianças, trabalho comumente considerado como ocupação subalterna, tarefa realizada majoritariamente por mulheres. Eis mais um fator que conduz à desvalorização social e econômica do trabalho doméstico, pois sabemos que há desvalorização no mercado de trabalho feminino por trás do que versamos. Trata-se de um trabalho exercido, de modo geral, por mulheres sem qualificação profissional. A baixa escolaridade do grupo repercute na desvalorização do serviço e é por este quadro da realidade que apresenta-se por estigmas postos sobre as empregadas domésticas, investiga-se como elas se reconhecem e o motivo de se inserirem nessa categoria de trabalho. Veremos, a seguir, que trata-se de um refúgio para trabalhadoras que desempenhavam duro trabalho no campo e migraram para a capital em busca de melhor qualidade de vida. Encontram no serviço doméstico um meio de subsistência.

2. Empregadas Domésticas Brasileiras como Objeto de Investigação

O que leva mulheres oriundas de municípios interioranos de Alagoas a se deslocarem para a capital do Estado e a se inserirem na ocupação de empregada doméstica mensalista/assalariada?. Visando responder a esta pergunta de partida, investigamos as motivações para a atividade de empregada doméstica de mulheres que realizaram um fluxo migratório específico de cidades do interior do Estado de Alagoas em direção à cidade de Maceió.

O objeto de estudo desse trabalho, as empregadas domésticas, é definido por Carrieri (2015) como gestoras cotidianas do espaço privado, uma vez que a profissão é caracterizada pela tarefa de cuidado com o ambiente privado onde acontece a vida íntima

das famílias. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), trabalhador doméstico é toda “pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares” (PNADC, 2014). A Norma Internacional de Classificação das Ocupações se refere às trabalhadoras domésticas como sendo qualquer pessoa que presta serviços típicos das tarefas domésticas, de forma contínua e remunerada, para uma família em residências particulares.

São entendidas como empregadas domésticas, de acordo com a classificação brasileira das ocupações, funções especificadas como cozinheira, governanta, amas (“babás” no Brasil), lavadeira, faxineira, motorista particular, enfermeira do lar, jardineira, copeira e caseira que são “mensalistas”, ou seja, recebem salário pelo serviço prestado apenas ao fim de um mês de trabalho exercido. Já as diaristas, as não mensalistas, não exercem atividade contínua no mesmo local de trabalho, tampouco ao mesmo patrão/cliente nos diferentes dias da semana, por isso, não são classificadas como empregadas domésticas. Nesta investigação que apresentamos, estudamos apenas as trabalhadoras mensalistas que exercem função na residência, diariamente, em tempo integral ou parcial. Trata-se de trabalhadoras dos serviços domésticos em geral, CBO 512105. As mensalistas, em análise, podem residir na casa onde trabalham ou não, mas têm como característica a fixação no emprego em uma só residência, embora existam mensalistas que trabalhem também como diaristas nos finais de semanas.

O Brasil foi apontado como o país com o maior número de empregadas domésticas do mundo e 12,7% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro advêm das atividades domésticas. Em 2015, o IBGE publicou um estudo sobre os principais destaques do mercado de trabalho. No tema emprego doméstico, a investigação mostrou que no ano do estudo havia 1,4 milhão de pessoas empregadas nessa categoria. A categoria representava no ano do estudo 6,9% da população economicamente ativa do País. O grupo era composto majoritariamente por mulheres negras, pobres, de baixa escolaridade e sem qualificação profissional. Na região Nordeste, nomeadamente na cidade de Salvador, foi registrado o maior percentual de trabalhadoras domésticas, enquanto na região Sul, na cidade de Porto Alegre, o menor percentual, proporcionalmente.

A temática que envolve questões sociais que dizem respeito à ocupação de empregadas domésticas no Brasil já vem sendo tratada na literatura a partir de diferentes abordagens. Gilberto Freyre, expoente dos estudos de pensamento social brasileiro após a virada das teorias racialistas oitocentista (1880-1930) que dominavam a literatura sociológica no País, escreve “Casa Grande e Senzala” (1995 [1933]) a mostrar a possibilidade de convivência harmônica entre as três raças no Brasil, a saber, branca, negra e aborígene. Sua obra por muito tempo sustentou o pensamento social brasileiro, terreno em que os estudos mais específicos sobre a empregada doméstica se desenvolvem e contestam o “mito da democracia racial” freyriano. Mais recentemente, temos as investigações de Andrade sobre o “Emprego Doméstico” (1997); Carrieri, Saraiva e Teixeira sobre “Os lugares das empregadas domésticas” (2015); Carvalho, com a obra “De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife” (2003); Fraga, com o estudo “De empregada a Diarista: as novas configurações do trabalho doméstico remunerado” (2010); Inácio e Costa, com a “Reflexão do trabalho doméstico no Brasil” (2017); Maneschky, com uma reflexão crítica acerca do “Emprego doméstico e as relações de gênero no mundo do trabalho” (2013); Silva com a “Jornada no plural, gênero no feminino: considerações sobre a relação entre trabalho doméstico e valor” (2013); Soares do Bem, com o estudo sobre “A telenovela e a empregada

doméstica: da cartase ao distanciamento”; bem como estudos institucionais de recolha de informações que dão subsídios para todos estes citados, a exemplo da pesquisa “Trabalho doméstico remunerado” (2016), realizada pelo Sistema de Pesquisa do DIEESE, SEADE e MTE/FAT.

A revisão de literatura contou também com as entradas das temáticas de género no mundo do trabalho e de migrações, posto o recorte do *corpus* de nosso estudo que teve por objetivo estudar empregadas migradas de aldeias do Estado de Alagoas, Brasil, para a capital Maceió. Investigações como as de Andrade sobre “Mulheres no mercado de trabalho” (2016); Bruschini, sobre “Trabalho e género no Brasil nos últimos dez anos” (2017); Davis, com o livro “Mulheres, raça e classe” (2016); e Rodrigues com “A construção histórica e cultural do género feminino e a valorização do trabalho da mulher” (2012), foram imprescindíveis no processo de pesquisa, desde a formulação de nossa pergunta de partida até a delimitação, interpretação e análise das dimensões que envolvem a presente investigação.

De forma intercalada, acessamos uma literatura que tem por base questões do mundo migratório a partir de preocupações com a estratificação social brasileira. Contamos com obras como as de Braga sobre “Migração interna e urbanização no Brasil contemporâneo” (2006); Coelho, em seu estudo sobre “Uma abordagem microrregional para atração migratória em Alagoas” (2015); Dunker e sua publicação de “Ressentimento de Classe” (2015); Menezes, que estudou as “Tendências atuais das migrações internas no Brasil” (2000); bem como com a obra de Rodrigues e Vasconcelos sobre “Migração, género e empoderamento das migrantes da Pan-Amazônica” (2010).

A problemática exposta é elaborada por meio do estudo de dimensões analíticas como o porquê (ou os porquês) da inserção destas mulheres migrantes no serviço doméstico. São debatidos problemas próprios sofridos por tal categoria ocupacional tais como: estratificação social refletida por um baixo desenvolvimento econômico do Estado, dificuldade de acesso à educação da população moradora de áreas rurais, tradição familiar da atividade laboral nas lavouras, migração como busca de melhores condições de trabalho na cidade e o cotidiano da atividade doméstica remunerada nas residências citadinas. A investigação apontou que a decisão pela migração do campo para a cidade tem relação com o êxodo rural como tentativa de melhor satisfazer as necessidades materiais e imateriais destas mulheres. Nos casos estudados foram expostos os critérios que colaboram para o exercício da força de trabalho doméstico na capital alagoana no tocante ao sistema de reprodução histórica da tarefa doméstica exercida por mulheres pertencentes ao grupo social menos favorecido, bem como a condição precária de trabalho do emprego doméstico.

3. Migração e Ocupação Doméstica no Brasil

A ocupação de doméstica teve origem após a abolição da escravatura, as ex-escravas tornaram-se, em grande parte, empregadas domésticas em razão da necessidade de subsistência, pois a ocupação garantia-lhes moradia e alimento. Não havia alternativas de emprego, assim, estas mulheres tornaram-se livres, embora permanecessem submetidas a condições de exploração correlatas.

Durante o século XIV era reservado ao homem o espaço público, enquanto a mulher era educada com vistas a prestar serviço no interior do domicílio, ocupação socialmente considerada adequada baseada na estrutura ocupacional feminina do modelo da época. Observa-se que a delimitação da esfera pública e privada representou a segregação do

espaço entre os gêneros, com base na divisão sexual do trabalho como afirmou Carvalho: “havia assim uma noção popular de honra que impelia a mulher a evitar a rua, um espaço masculino nos códigos patriarcais. Só a pobreza poderia forçá-la a agir diferente” (2003, p. 48). O trecho nos mostra que, historicamente, a pobreza funciona como um motor, o qual impulsiona as mulheres abastardas a deixarem seus hábitos tradicionais na posição de mulher recolhida dentro do espaço doméstico e se lançarem nas ruas da cidade em busca de trabalho.

Culturalmente ocorreu a invisibilidade do trabalho doméstico ao longo da história, resultando este em um serviço exercido por mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A ausência de alternativas de trabalho, a baixa escolaridade, a falta de capital, dentre outros fatores, formam uma massa de mulheres que, historicamente pouco visíveis ao Estado, estiveram e estão vulneráveis à exploração de maneira a fomentar as lógicas internas de migração no Brasil.

O significado de migração refere-se ao deslocamento espacial temporário ou duradouro. Segundo Coelho (2015), geralmente o motivo principal da migração é o aspecto econômico. Os migrantes deslocam-se em busca de melhores condições de trabalho ou oportunidades de inserção no mercado. A mobilização social tem como destino cidades com maior potencial de mercado, ou seja, o território atrativo aos migrantes tende a ser aquele que possui maior desenvolvimento econômico.

No que se refere ao movimento migratório, Braga (2006) mostrou historicamente a alteração da sociedade agrícola para o modelo de sociedade urbana. No começo do século XX ocorreu um processo de urbanização no País, intensificou-se a transformação na oferta de emprego nos centros urbanos e acelerou-se o movimento de êxodo rural. Assim sendo, repercute tanto na estrutura do mercado de trabalho quanto na forma das relações sociais, por conseguinte, ao mudar-se no espaço físico, concomitantemente, o ser altera-se na dimensão social, a partir do contato com o estilo de vida urbano.

Menezes (2000) aborda o efeito de repulsão e atração do território, bem como discorre sobre os locais de partida e os locais de destino dos migrantes no período de industrialização do Brasil. Para ele, a migração retrata as disparidades existentes de território para território, isto é, sobre um espaço concentrado desigual, há um nexos causal articulado na direção da demanda de trabalho. Ocorre a seguinte situação: as áreas desfavorecidas pela menor oferta de trabalho ficam economicamente estagnadas e impulsionam a sua população para a migração. Entende-se que a pobreza é um fator de expulsão da população de cidades com baixo nível de emprego e o destino do fluxo migratório são as cidades mais centrais da esfera produtiva. Além do mais, a cidade de destino selecionada será aquela que está de acordo com o capital socioeconômico e cultural do migrante, pois a elaboração da estratégia de migração analisa as condições necessárias à permanência no centro urbano.

Cada território é dotado de sentido social, cultural e econômico. Ao migrar, a desterritorialização não abrange apenas o aspecto do espaço físico. A migração é compreendida a partir da dimensão social do espaço, com vistas a entender a deslocalização como via de superação dos entraves locais. Abaixo, a fala de uma entrevistada explica a sua motivação para o serviço doméstico no território urbano:

“Durante a infância eu trabalhava na roça, desde os cinco anos até os dezoito. Morava no interior de uma cidade do interior, Paulo Jacinto-AL. No período da manhã eu trabalhava e estudava de tarde. Eu estudei só até a quarta série porque no interior tinha apenas o ensino primário e a minha mãe não deixava a gente

estudar na cidade. Eu era muito matuta (expressão que caracteriza pejorativamente habitantes de aldeias). Quando completei dezoito (anos de idade) meu patrão pediu à minha mãe para eu trabalhar na casa dele, em Maceió. Foi uma surpresa a minha mãe deixar eu trabalhar longe, porque ela não permitia que saíssemos de casa, mas ela parecia contente por ter me arrumado um emprego na cidade. Embora fosse uma pessoa a menos para fazer roça. Entre as opções de se casar e ficar na roça ou ir à cidade eu preferi tentar a vida na cidade grande. A gente passava necessidade, não tinha carne diariamente, comíamos mais ovo e se alimentava da plantação” (Empregada doméstica, 49 anos, 2017).

Um emprego na cidade grande representava naquele contexto uma oportunidade de ascensão social, na qual o deslocamento espacial significava a metamorfose da identidade e realização da apropriação de um novo espaço. Trabalhar na capital, além de ser economicamente rentável, proporciona para a trabalhadora a saída das condições físicas do trabalho camponês. Conforme expressa a fala, a escolha pela atividade doméstica pode ser definida tanto como uma saída da situação de miséria quanto como uma estratégia de saída da condição do trabalho com maior desgaste físico.

Conforme mostra o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2014), o número da população rural vem diminuindo de modo acelerado desde 1950, cujo percentual de habitantes do meio rural era de 63,8%. Em 1970, a população urbana brasileira já era maioria. No ano de 1980, o percentual de residentes em áreas rurais alcançou 32,3%. Desde 1985 está em curso um processo contínuo de redução no percentual de população rural ocupada. Entre os anos de 1995 até 2013, houve redução de 2,7 milhões de pessoas ocupadas na área rural do País.

As transformações ocorridas no mercado rural são fundamentadas pelo estudo no processo de mecanização da produção, a qual além de reduzir o número de trabalhadores necessários na atividade agrícola exige mão de obra especializada e escolarizada. A região Nordeste apresentou a taxa de assalariados ocupados no meio rural de 34,8%, que corresponde a 1,41 milhões de pessoas e foi a região com maior taxa de assalariados rurais ocupados do País.

Quanto aos dados da taxa de ilegalidade, há um elevado número de empregados sem carteira assinada. Somando a região Norte e Nordeste, o percentual de taxa de ilegalidade é superior a 77% do total de empregados. O processo de redução na taxa de ilegalidade modifica-se lentamente, média de 1,56% ao ano. Logo, ainda é alto o número de trabalhadores do campo sem garantias trabalhistas legais.

Consoante ao nível de instrução de trabalhadores rurais brasileiros, 39,3% não têm instrução alguma ou estudaram por somente até três anos. Falamos de 1,6 milhão de trabalhadores analfabetos ou semianalfabetos. A situação de analfabetismo é pior no conjunto de trabalhadores assalariados informais, cujo percentual registrado chega a 45,8%. A baixa escolaridade (pessoas que tiveram de 0 a 7 anos de estudo) atingia, em 2014, 72,3% do grupo dos trabalhadores rurais. Maioritariamente, os trabalhadores assalariados informais recebem até um salário mínimo brasileiro (equivalente a 220 euros em 2018 – balança comercial e câmbio variáveis), 30,5% recebem menos de um salário mínimo.

É baixo o número de assalariados rurais do sexo feminino. A posição da mulher na organização familiar da produção é, maioritariamente, caracterizada na atividade agrícola familiar não remunerada, ou seja, voltada para o consumo familiar. Além disso, o mesmo estudo indica que embora esteja em curso um aumento gradativo de mulheres na posição

de chefe de família, a família tradicional do campo ainda tem o sexo masculino em posição central de provedor da renda familiar.

Frente ao conjunto de fatores que precariza o trabalho no campo como a contínua redução da oferta de trabalho rural, alta taxa de trabalhadores rurais sem carteira assinada (trabalho ilegal), os riscos à saúde, a baixa renda e a atividade não remunerada da mulher no campo, a cidade representa uma possibilidade, por vezes, atraente de mudança de vida.

A estreita relação entre a migração feminina e o trabalho doméstico remunerado pode ser derivada do arrojo populacional nas cidades grandes para a mulher em situação de vulnerabilidade econômica, principalmente em razão da baixa escolaridade, a qual substituíra anteriormente a árdua atividade agrícola. Entende-se com isso que a precariedade das condições do trabalho rural pode ser considerada um impulso para o êxodo rural também feminino.

4. De que Parte do Brasil Falamos? Retrato da Região em Números

O estado de Alagoas no nordeste brasileiro, detentor de grande potencial turístico e onde estão localizadas praias premiadas em rankings internacionais, possui um diagnóstico educacional bastante precário. O Censo 2010 apontou a falha no sistema educacional de Alagoas, cujo Estado tem o maior percentual de pessoas com mais de quinze anos de idade não alfabetizadas do País. A Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar comprovou que a liderança no ranking da taxa de analfabetismo manteve-se de 2010 até 2014. Além disso, o Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (2013) divulgou que 34% da população do Estado não sabia escrever o próprio nome nos dias de eleição.

Os Indicadores Básicos de Alagoas (2017) referentes aos anos de 2012 até 2015 sobre frequência escolar por faixa etária, ou seja, o percentual da população alagoana matriculada em alguma escola, no grupo de sete a quatorze anos de idade comprova que os números de atendimento escolar do Estado são inferiores tanto à média nacional quanto à média da região Nordeste, em todos os anos do estudo.

Dentro desse cenário, a população em geral não tem qualificação adequada para a competitividade de trabalho. Assim, entende-se porque o economista Cícero Pércles de Carvalho (2008) trata Alagoas como “A nossa África”, conforme foi denominado pelo jornal “O globo”, ao informar a situação local da má distribuição de renda. Baseado nos baixos índices sociais do Estado, o autor apresenta a situação de pobreza através do estudo do público do programa de assistência social Bolsa Família e retrata a dependência das famílias de políticas públicas assistencialistas.

Há no Estado um atraso tecnológico, o qual dificulta a instalação tanto de indústrias quanto de empreendimentos, o que consequentemente inviabiliza a inclusão da maior parte da população no processo de produção. Dentro desse contexto de precariedade educacional, atraso tecnológico e baixa oferta de emprego, a população elabora estratégias de melhorias de vida frente aos entraves locais.

Coelho (2015) constata que Alagoas possui diferenças significativas em seu território. A variação do desenvolvimento tecnológico, de produtividade, consumo, concentração de renda e nível educacional das microrregiões refletem na disparidade do volume de riquezas geradas em cada cidade. Assim sendo, as cidades mais desenvolvidas, melhoradas em qualidade de vida, são atrativas para a população de microrregiões mais carentes.

O economista aplica uma equação que tem como objetivo calcular a atratividade do município para os migrantes a partir das variáveis de proporção da população economicamente ativa, dados educacionais da população, capacidade de atendimento de saúde pública, valor do Produto Interno Bruto (PIB) e localização geográfica do município. Logo, o conjunto de fatores positivos citados gera atração ao fluxo migratório, do mesmo modo que, quando as variáveis resultam em um índice de baixa expressão numérica, o município teoricamente apresenta dificuldade na retenção de mão de obra.

Residia em Alagoas 3.120.494 pessoas, de acordo com o Censo 2010, no ano de estudo. Sua meso região mais populosa é o leste alagoano, com 2.064.525 pessoas, equivalente a 66% do total da população residente no Estado. Entre a sua população, 70% reside no mesmo município onde nasceu e 92% da população é composta por pessoas naturais do Estado. As informações demonstram que o Estado tem baixo percentual atrativo à migração quando comparado a outros sítios brasileiros.

A capital do Estado, Maceió, é a cidade com maior PIB per capita do Estado, de R\$18.205,44 ao ano (4.300 euros, aproximadamente), embora apresente 0,63 do índice de Gini. Sua principal atividade econômica está no setor de serviços. Com população de 932.748 pessoas, conforme aponta o último Censo, Maceió é o município de Alagoas com o maior número de pessoas ocupadas. No ano de estudo eram 284.062 pessoas, equivalente a 28% em relação à população potencial de mão-de-obra e o salário médio dos trabalhadores formais era de 2,7 salários mínimos brasileiros (600 euros, aproximadamente).

No tocante à migração, as cidades do interior de onde são naturais as empregadas domésticas entrevistadas são Rio Largo, Paulo Jacinto, Novo Lino, Viçosa, Passos de Camaragibe e Carneiros. As cidades têm em comum a população de maioria parda, o baixo índice de qualidade de vida, indicadores de baixo rendimento mensal e população composta, maioritariamente, por indivíduos com baixa escolaridade.

Um exemplo da realidade das cidades do interior do Estado é o município de Paulo Jacinto, conforme é mostrado no Atlas de Desenvolvimento Humano (2014). De 1990 até 2010, a evolução do IDHM dessa cidade esteve abaixo da média do Estado e no ano de 2010 mais de 40% dos habitantes com mais de vinte e cinco anos de idade eram analfabetos.

Em contrapartida, as informações sobre os aspectos sociais do município de Maceió no âmbito da saúde, educação e emprego, bem como no conjunto de elementos que compõe o índice de desenvolvimento humano, a cidade é a mais desenvolvida do Estado, com IDH mais alto, registrado em 0,721 pelo Censo 2010. A situação mostrada pelos indicadores das regiões rurais comprova a pobreza material sofrida pela população do sertão e agreste do Estado. A carência dos municípios é apontada nas entrevistas como um impulso para a migração à Maceió, parte das migrantes em busca principalmente de emprego e sem escolaridade, inserem-se na atividade que já tem domínio prático, ou seja, em funções domésticas:

Eu vim para Maceió mais para batalhar atrás de emprego. Eu saí de lá porque não tinha opção de emprego na minha cidade. Ser empregada doméstica na capital é outra coisa, você tem os direitos garantidos como qualquer outra trabalhadora normal, já no interior não, lá ninguém paga um salário para empregada doméstica. (Empregada doméstica, natural de Novo Lino, 27 anos).

Das dez empregadas que colaboraram diretamente em nossa pesquisa, cinco têm mães agricultoras. Quatro mães são donas de casa e uma é também empregada

doméstica. A partir da análise qualitativa do conteúdo, inferimos a predominância da atividade agrícola na variável do estudo que investigou a ocupação da mãe das entrevistadas, com o intuito de pesquisar a atividade feminina de tradição familiar.

5. Trajetórias Formativas: Migração e Fixação

O que leva mulheres oriundas do interior a migrarem para a cidade e se inserirem na função de empregada doméstica? Ao estudar a trajetória formativa estuda-se como os percursos diferentes em suas individualidades levaram a uma mesma decisão, a de migrar para a capital de Alagoas e trabalhar na função de empregada doméstica.

Quatro das entrevistadas trabalhavam na agricultura, quatro estudavam e duas estavam desempregadas. Foram perguntadas sobre o período de sua infância e adolescência, como eram as condições econômicas de suas famílias antes de migrarem para Maceió: *"Bem precárias. O meu pai bebia muito. Ele trabalhava no campo e tinha uma venda, só que metade do dinheiro que ele recebia ele gastava com cachaça."* (Empregada Doméstica, 42, anos, 2017).

Todas relataram a pobreza que viveram no interior de onde são oriundas. *"Não era fácil, a minha mãe pagava aluguel. Era difícil mesmo, ganhava um salário mínimo (220 euros) com cinco filhos"* (Empregada Doméstica, 42 anos, 2017). *"Éramos pessoas do interior e muito pobres, muito pobres mesmo"* (Empregada Doméstica, União dos Palmares, 45 anos). A empregada doméstica de Paulo Jacinto disse que primeiro a irmã veio morar na capital porque não aguentava o trabalho pesado da roça, depois ela veio quando a sua mãe lhe arrumou um emprego na capital.

Trabalhar na capital representa uma simbólica ascensão social para os grupos naturais das aldeias. As interlocutoras já não são mais vistas como trabalhadoras do campo e têm hábitos citadinos. Ser moradora da cidade grande significa que desfruta de sombra:

"Eu tinha vontade de trabalhar em um trabalho que eu achava que era melhor do que o corte da cana. E lá não tinha. Eu achava que vindo para cá eu iria ter uma vida melhor. Aí eu encontrei uma prima minha que vinha para a cidade e eu vim com ela" (Empregada doméstica, 42 anos, 2017).

A falta de oportunidade de emprego na aldeia foi também citada: *"Porque lá não tem trabalho, assim, só se trabalha na prefeitura. Aí as pessoas estão vindo tudo para Maceió ou para outros lugares. Lá é muito pequeno"* (Empregada Doméstica, 38 anos, 2017). O motivo que se apresentou nas falas com mais frequência foi a necessidade de um emprego: *"Necessidade, lá não tinha oportunidade de emprego. Já que eu tive em Maceió eu vim"* (Empregada doméstica, 28 anos, 2017).

Conforme foi apresentado nas narrativas descritas no decorrer do trabalho, geralmente as trabalhadoras provenientes do campo deixam a família de origem e seguem em busca de melhorias na qualidade de vida, porém, chegam à cidade sem qualificação profissional. Visando um lugar e uma remuneração que as proporcionem condições de subsistência, elas se submetem ao trabalho braçal no emprego doméstico de acordo com as condições estabelecidas pelos patrões, em razão da falta de capacitação para o exercício de outra atividade, como as atividades intelectuais, com maior remuneração e menor desgaste físico.

Sobre o motivo principal que as levaram ao ofício de empregada doméstica, tivemos respostas como *"Não tinha outra opção. Eu sabia ler, mas não tinha formação, nem curso nenhum. A facilidade de trabalho que tinha era assim de trabalhar em casa de família"*

(*Empregada Doméstica, 42 anos, 2017*). Geralmente, a necessidade de um trabalho força a mão-de-obra se inserir em um emprego que não exige estudo:

"Eu botava currículo em outros lugares e as pessoas não me chamavam, acho que é porque eu estou ficando mais velha. Eu me arrependi de não ter estudado. Se eu tivesse estudado eu poderia ter um trabalho melhor" (Empregada Doméstica, 38 anos, 2017).

A baixa escolaridade e a ausência de outra opção de trabalho aparecem com maior frequência nas narrativas. É comum a fala que tem como sentido a justificativa do serviço na atividade doméstica embasada na ausência de escolaridade: *"Se eu tivesse estudado eu poderia ter um trabalho melhor. Ainda tentei estudar, fazer supletivo, mas não consegui acompanhar."* (*Empregada doméstica, 54 anos, 2016*).

Nas entrevistas, as empregadas domésticas narram sobre o cotidiano laboral de suas funções e relatam as distâncias e aproximações vivenciadas nas relações com a/o contratante, perpassando aspectos ligados às estratificações de classe, gênero etc. No curso da investigação são descritas experiências de humilhações sofridas no ambiente doméstico, cujo sentido simbólico é a representação do lar, o mesmo é também local de trabalho e, por isso, o contato é estabelecido por regras jurídicas e pelo senso de convívio social específico de cada família. O elemento diferencial que caracteriza o trabalho doméstico é justamente o fato que, por um lado ocorre o convívio próximo, mas por outro, existe a divisão de classes antagônicas, cujo resultado é, frequentemente, uma relação por vezes indesejada e contraditória no ambiente privado, o qual consiste em um espaço mais delicado.

Em razão de haver variação no modo como cada residência é administrada, bem como a existência de diferentes níveis de abertura para o contato pessoal de casa para casa, de patrão para patrão, o trabalho doméstico é dotado de peculiaridades, as quais exigem a adequação da trabalhadora no exercício do trabalho, que carrega elementos da relação do tipo interpessoal mais íntima. Isso porque o relacionamento no interior de um lar é composto por uma dimensão afetiva diferente de um relacionamento de trabalho em locais como, por exemplo, uma empresa. Sabe-se que a relação entre grupos heterogêneos pode gerar uma relação conflituante, ainda mais quando se trata de uma relação de dominação e subordinação.

A análise dos dados coletados apresentou a aproximação e os sentimentos afetivos derivados do contato com a família dos patrões que não anulam a diferença entre a forasteira e os nativos, a subalterna e os seus dirigentes, entre os membros do grupo e a agregada. O convívio íntimo entre patrões e empregada é caracterizado pela ambivalência da interação, entre a individualidade e o nivelamento da coletivização. Uma delas relata o momento em que nasceu o seu filho:

"Fiquei grávida. O meu período de gravidez foi uma barra porque eu engravidei sem casar e a minha patroa não aceitou, ela queria que eu levasse o Lucas, o meu filho, para o interior para a minha família cuidar. Ela não queria que ele ficasse na casa dela, ficava sempre perguntando "E aí você vai fazer o que quando o menino nascer? Você já pensou no que vai fazer com a criança? Eu respondia que eu não sabia o que fazer. Até que nasceu o Lucas. Foi o meu patrão que aceitou que o Lucas ficasse, ele dizia que eu não ia fazer nada porque ali era a minha casa. Depois que o Lucas nasceu ela tirou a moça que trabalhava como lavadeira e passadeira e deixou todo o trabalho para mim, foi uma forma de me repreender. Depois disso ela queria que eu ligasse as trompas, eu me recusei. Quando ela soube que eu não ia ligar as trompas ela se revoltou, ficava dizendo que eu ia fazer

da casa dela uma creche e que poderia nascer um monte de crianças” (Empregada doméstica, 49 anos, 2016).

A tentativa de apoderar-se do corpo de outrem contra a sua vontade viola o direito e caracteriza-se como uma forma de desrespeito. Já o sentimento de estar sujeito à vontade de outrem, desprotegida, sem a autonomia do próprio corpo representa um desrespeito em termos de reconhecimento do respeito da integridade e ofende a confiança em si mesma e em suas qualidades corporais e psíquicas. Nesses atos, estão encadeadas as condições emotivas e consciência de poder sobre si mesma.

O que houve de mais comum nas entrevistas sobre a rotina de trabalho dessas trabalhadoras foi a distinção de papéis, é feito simbolicamente por elas em relação ao contato com os patrões: *“É aquela coisa: babá é babá e patrão é patrão, tem que saber separar sempre”* (Empregada doméstica, 28 anos, 2017).

Ao ser perguntada sobre como é o relacionamento com a patroa, a resposta foi a seguinte: *“na medida do possível é bom, claro que tem as suas dificuldades porque eu moro aqui, questão de morar é mais complicado, mas de uma forma geral não é muito ruim não”* (Cuidadora, 30 anos, 2017). Serão expostas outras respostas sobre a mesma pergunta: Como é o seu relacionamento com os seus patrões?:

“Muito bom. Eu não tenho do que reclamar deles, são pessoas ótimas. Trabalho há vinte e cinco anos com eles. As filhas também são pessoas bem legais comigo, eu não tenho o que dizer delas. Uma tem trinta e um anos e a outra vinte e oito. A mais velha tinha seis anos quando eu cheguei lá e a Aline, a mais nova, tinha três. Acho que do mesmo jeito que tem patrão ruim tem empregada ruim e eu tenho que trabalhar com amor” (Empregada Doméstica, 42 anos, 2017).

“Com o esposo dela eu me sentia a neta dele, a filhinha dele. Foi a melhor fase da minha vida, eu aprendi muita coisa com ele. Em relação aos estudos ele me incentivou bastante a voltar a estudar, na casa dele tinha muitos livros e ele mandava eu ler. A convivência era ótima, muito boa. Com ele eu não me sentia empregada doméstica, jamais, em nenhum momento. Eu me sentia tanto a dona da casa que eu palpitava na decoração da casa, regulava a hora dele dormir. É como ele dizia «você chegou para mudar a minha rotina». Era uma maravilha. Eles eram separados e eu trabalhava nas duas casas antes dele morrer. Com a patroa às vezes dava vontade de morrer. Teve um momento que a minha vontade era de nunca mais voltar para casa dela, abandonar o emprego sem dar satisfação. Chegou ao ponto de ser tão insuportável que eu só ia porque eu tinha necessidade de trabalhar, porque eu precisava mesmo, mas eu já não trabalhava com amor” (Empregada Doméstica, 30 anos, 2016).

“A maioria muito bons, graças a Deus. Não são todos os patrões que tratam o nível de uma empregada como ser humano. Eles acham que empregada doméstica é só uma pessoa que está ali para lhe servir e acabou. Tem patrões bons que sabem dar valor à empregada doméstica. Eu trabalhei em uma casa em São Paulo que eu comia no quintal. Almoçava lá atrás com os cachorros. Eu era como um cachorro. Passei três meses só. Eu chorava muito porque eu sofria muita humilhação. Eu trabalhava para ter o que comer porque não é fácil morar em casa de família. Muitas vezes eu nem comia, eu botava para os cachorros. Eu jurei que ninguém ia me humilhar mais porque empregada não é lixo, nem é cachorro. (Empregada Doméstica, 45 anos, 2017).

A intersecção dos círculos interacionais tem efeito duplo, alicerça a integração social e provoca conflitos de identidade em razão do pertencimento a diferentes seguimentos sociais, principalmente quando o indivíduo pertence a grupos opostos. Os relatos empíricos demonstram a lógica binária, cujas relações de trabalho envolvem aspectos de amor e conflito, extremos da nuance da interação entre as partes dentro do espaço doméstico, da inclinação emocional afetiva recíproca até a resistência. A relação entre as partes não é totalmente harmônica, no interior do trabalho doméstico a relação assume a forma hierarquizada.

A relação entre as partes é ambígua e varia constantemente do conflito ao afeto, composta de resistência e submissão, intimidade e distanciamento. Quando questionada acerca da relação com a família dos patrões a trabalhadora respondeu:

“Eles dizem que eu sou como da família, mas eu não me sinto. Eu almoço na mesa, não junto com eles, espero eles almoçarem primeiro para depois eu e o meu filho comer. Eles até me chamam quando tem uma festa ou alguma comemoração, mas eu prefiro não participar” (Empregada doméstica, 54 anos, 2016).

Na posição da empregada doméstica o local de trabalho transcende a relação formal trabalhista. O ambiente doméstico é composto por carga afetiva própria do sentido de ser família, têm vicissitudes na interação social e compõe a identidade da trabalhadora. As estruturas mentais formulam, baseadas nas interações com o outro, a identidade pessoal juntamente com a identidade grupal, ou seja, o processo de auto-percepção é desenvolvido em consonância com o processo de socialização. Logo, a vinculação da pessoa ao grupo e ao lugar identitário constrói a identidade pessoal, posto que a experiência de viver em conjunto, de trabalhar no ambiente privado, de formar laços afetivos e todo o processo de assimilação com o outro grupo proporciona sentimentos íntimos que estão ligados aos sentidos do senso coletivo e cria-se, assim, a identidade dos sujeitos e a sua subjetividade em consonância com a coletividade.

Nota-se que no interior do trabalho doméstico a relação assume a forma hierarquizada, geralmente não é harmônica. As intersecções dos círculos interacionais têm efeito duplo, alicerça a integração social através do trabalho e pode provocar conflitos em razão da interação com o grupo oposto e antagônico. A lógica binária, cujas relações de trabalho envolvem aspectos de aproximação e conflito, demonstra a divisão de classe nas nuances da interação entre as partes dentro do espaço privado doméstico.

Os relatos descritos mostraram desde os conflitos até os laços afetivos construídos no dia-dia do ambiente privado. Compreende-se que aproximação física nem sempre significa aproximação afetiva, do mesmo modo que compartilhar o mesmo território não é equivalente a compartilhar os mesmos interesses e sentimentos. Ou seja, há uma diferença entre estar em um território, pertencer ao território ou se identificar com ele. Além disso, estar em meio a um grupo não garante o sentido de pertencimento ao grupo.

6. Considerações Finais

O serviço doméstico remunerado é uma zona de interseção de classe, raça e gênero. É marcado por um contingente de mulheres negras e esse aspecto também tem raiz histórica. No Brasil escravocrata as mucamas cuidavam das crianças brancas, eram amas de leite, e de suas sinhás-moças. No Brasil capitalista existe uma nova forma de exploração sob a forma de salário. Muitas mulheres negras prestam serviço ainda no ambiente doméstico, serviço que lhes garantem a subsistência. O trabalho doméstico

carrega a tradição da exploração do período escravocrata e hoje é um trabalho de baixa remuneração.

Nas últimas décadas houve expansão educacional principalmente entre as jovens e esse fato afeta o trabalho doméstico uma vez que as jovens com Ensino Médio Completo tendem a procurar outra forma de emprego, ajudando a gerar uma redução no percentual de mulheres trabalhando no serviço doméstico. Entretanto, precisamos de mais estudos a respeito do fenômeno para pontuarmos as reais variáveis para esta suposta diminuição, percebendo novos componentes históricos a exemplo do aumento de diaristas não regulamentadas no mercado, novas formas culturais de apropriação do espaço privado, novas necessidades culturais que sugerem privacidade às famílias, novos formatos familiares com indivíduos que moram sozinhos etc.

Ao longo do tempo houve mudanças no perfil do grupo. As entrevistadas que são mais velhas realizaram o fluxo migratório do interior para a capital alagoana quando eram jovens. De acordo com a PNADC (2013), de 1993 até 2011 reduziu o número de filhas de trabalhadoras domésticas que estão na condição de empregadas domésticas, de 29,9 para 12,1%, e houve redução no percentual de empregadas que moram na mesma residência que trabalham, de 14% para 2,8%. Referente ao mesmo período aumentou registro do número de empregadas que são chefes de família, de 14,6 para 35,2%.

A ocupação é marcada pela baixa escolaridade, composta por mulheres desqualificadas para o exigente mercado de trabalho. O trabalho doméstico é uma forma de inserção no mercado de trabalho para mulheres sem escolaridade e em situação de vulnerabilidade econômica. Esse emprego é pouco atraente para as jovens com capital escolar e que podem disputar espaços mais valorizados no mercado. No geral, a ocupação de doméstica não é uma escolha desejada, mas a opção disponível para mulheres de baixa renda, pretas ou pardas e sem escolaridade. Trata-se de uma ocupação desvalorizada socialmente, por isso, no geral estão ocupando esse espaço no mercado de trabalho mulheres com menor capital escolar e social, logo, são aquelas que têm menos oportunidades ocupacionais. O serviço doméstico atrai a reserva de desempregadas das classes sociais pauperizadas que encontram nesse serviço um meio de subsistência (Picanço, 2014).

O conjunto desses fatores causa a desvalorização do trabalho doméstico. Comumente imagina-se que é um serviço para quem não estudou, como constam nas narrativas. Criam-se noções preconceituosas e discriminatórias sobre a trabalhadora doméstica e uma imagem estereotipada de mulher subalterna e de baixa capacidade cognitiva.

A questão de gênero é relevante uma vez que, apesar do crescimento da mulher no mercado de trabalho a desvalorização do trabalho feminino continua a existir porque aumentou o quantitativo do trabalho feminino, mas a qualidade do trabalho não portou-se da mesma forma. Há aspectos de subordinação no contexto sociocultural do emprego doméstico por ser uma tarefa feminina e não-produtiva.

A construção da mulher pelo arranjo social abrange a sua situação de subordinação caracterizada pelo típico trabalho exercido, serviço de assistência no interior do ambiente privado e na tarefa de cuidado com os membros da família. A ocupação de doméstica indica onde a mulher situa-se no espaço social, quais são as suas atribuições majoritárias e o valor da sua atividade ou a falta de valor da mesma, conforme demonstra a sua situação cultural na divisão sexual do trabalho.

A ocupação maioritariamente desempenhada por mulheres retrata numericamente a hierarquia de diferença entre os géneros, cuja participação delas no mercado de trabalho apresenta a reprodução histórica que as reservam culturalmente o espaço doméstico. Todavia, houve avanços significativos no cenário de género no País, alcançou-se garantias para as trabalhadoras domésticas e está em curso um processo de feminização em outras áreas do mercado de trabalho, entretanto, não deixando de existir a desigualdade na estrutura ocupacional de género que compõem “guetos femininos”, conforme definido por Bruschini (2007). Quando Bruschini apresenta o conceito de guetos femininos a autora se refere a posição que a mulher ocupa no mercado de trabalho, baseada nas estatísticas. Trata-se da baixa qualidade do emprego feminino, uma vez que há predominância do trabalho feminino em situação precária.

Tanto os géneros feminino quanto o masculino não são construções inatas. Pelo contrário, as normas sociais os definem e o comportamento do género é modelado pelo papel social que lhe é atribuído. Trata-se de representações realizadas durante as relações, cuja inserção em um contexto social e histórico dota de sentido as ações de cada género. Junto a isso, há uma desigual distribuição de poder por género, a qual gera a relação de dominação e subordinação. Porém, o poder e a dominação são naturalizados de tal modo que se tornam praticamente imperceptíveis aos envolvidos, e por isso, os atos normalmente não são refletidos, nem questionados.

O carácter homossexual do trabalho doméstico representa um fenómeno transversal de múltiplos aspectos opressivos sofridos pelas mulheres, com raízes na tradição patriarcal e readequado no capitalismo. A estrutura do mesmo se refere às características históricas, políticas, culturais e económicas da sociedade e assemelha-se ao trabalho gratuito das donas de casa.

O ser humano tem a necessidade de bens e de serviços, assim como de afeto e de contato. O trabalho que tem como função cuidar de pessoas e do lar implica em fatores emocionais, os quais se distinguem da produção de mercado, por isso, geram-se relações complexas. Nesse sentido, a relação socioafetiva está ligada ao trabalho doméstico e por isso representa características do estereótipo feminino associadas às lógicas de mulheres serem “afetuosa, para o lar”.

A família é um microcosmo social, funciona como uma correia de transmissão de elementos que predominam na sociedade. A partir da naturalização da dedicação da mulher ao lar como função intrínseca do ser mulher tem-se implicações de entrave para a valorização do trabalho doméstico. Para se atingir a equidade de género se faz necessário o alcance da esfera pública, onde está o âmbito do poder político e as esferas de disputa por ele. Do contrário, as vidas reclusas no núcleo familiar, nas atividades de cuidados com a família, se perpetuam nos “guetos” femininos de atividades.

Mesmo sendo tarefa crucial à reprodução social das famílias o serviço doméstico no modo de produção capitalista, dificilmente é compreendido como categoria profissional uma vez que existe uma separação entre o âmbito doméstico e o âmbito produtivo. Assim, as atividades domésticas são distintas da esfera da monetarização e é socialmente considerada obrigação do género feminino e quando esse serviço é realizado por contratação e remunerado é normalmente desvalorizado.

Entende-se que a tradição patriarcal reproduz a desvalorização do trabalho que por sua vez repercute no rendimento económico do trabalho doméstico. Sendo, pois, um trabalho de baixa visibilidade em razão do fundamento de servilismo patriarcal e da divisão homossexual que delimita a mulher ao espaço privado, na servidão doméstica.

Assim, é tecida uma ideologia que distingue um ser social de outro através de características biológicas e atribui à mulher obrigações coletivas primordiais derivadas da maternidade, como se o seu aspecto biológico fosse estendido nas tarefas de cuidado com o ambiente. E, com isso, auferir salários baixos. Por fim, compreende-se que o emprego doméstico no Brasil é uma oferta de trabalho para mulheres em situações de vulnerabilidade econômica, social e cultural. A demanda por um serviço braçal historicamente exercido por mulheres atrai migrantes com baixa escolaridade para a capital, onde encontram melhores condições de vida.

7. Referências

- Andrade, D. G. de. (1997). Empregado doméstico. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região*, Belo Horizonte, v. 27, n. 57, p. 69-75, jul./dez. 1997.
- Braga, F. G. (2006). Migração Interna e Urbanização no Brasil Contemporâneo: Um estudo da Rede de Localidades Centrais do Brasil (1980/2000). Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil.
- Bruschini, M. C. A. (2007). Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n° 132, p. 537-572.
- Carrieri, A., Saraiva, L. & Teixeira, J. (2015). Os lugares das empregadas domésticas. *O&S*, v. 22, n° 72, p. 161-178.
- Carvalho, C. P. (2008). *Economia popular: uma via de modernização para Alagoas*. Edufal. Alagoas.
- Carvalho, M. (2003). De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Revista Afro-Ásia*, Editora da UFBA, n° 29/30. Salvador.
- Coelho, E. (2015). Uma abordagem microrregional para a atração migratória em alagoas, de 2000 a 2010. Dissertação. UFAL, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada. Alagoas.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo.
- DIEESE (2014). O mercado de trabalho assalariado rural. In: Estudos e Pesquisas. São Paulo.
- Dunker, C. I. L. (2015). Ressentimento de Classe. In: *Le Monde Diplomatique* Brasil. Agosto.
- Fraga, A. B. (2010). *De Empregada a Diarista: As novas configurações do trabalho doméstico remunerado*. Dissertação. Rio de Janeiro.
- Freyre, G. (1995 [1933]). *Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 30° ed. Rio de Janeiro: Record.
- IBGE (2010). Censo 2010. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro.
- IBGE (2013). PNADC. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro.
- IBGE (2014). PNADC, 4° trimestre de 2014. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro.
- IBGE (2016). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 1° trimestre de 2016. Rio de Janeiro.
- IBGE (2015). Principais destaques da evolução do mercado de trabalho nas regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa 2003-2015. Rio de Janeiro.
- Inácio, S. & Costa, C. (2017). Uma reflexão sobre o emprego doméstico no Brasil: Relações desiguais no mundo do trabalho a partir do gênero. *Revista eletrônica da graduação/pós-graduação em educação*, Vol. 13, n. 2. Goiás.
- IPEA, Fundação João Pinheiro (FJP) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2014). Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Perfil Municipal de Paulo Jacinto. Brasília.

- Maneschy, M. C. (2013). O emprego doméstico e as relações de gênero no mundo do trabalho. In: *Gênero da Amazônia*. n 3. Belém.
- Menezes, M. L. P. (2000). Tendências atuais das migrações Internas no Brasil. *Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, v. 69, n° 45. Barcelona.
- Picanço, F. & Brites, J. (2014). O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, Ano 19, nº 31, p. 131-158.
- Rodrigues, F. dos S. & Vasconcelos, I. S. (2010). Migração, gênero e empoderamento das migrantes na Pan-Amazônia. *Textos & Debates*, Boa Vista, n.18, p. 326-353.
- Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (2017). Resenha Estatística do Estado de Alagoas 2012-2015. N. 17. Maceió.
- Silva, G. Q. (2013). Jornada no plural, gênero no feminino: Considerações sobre a relação entre trabalho doméstico e valor. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió.
- Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego. (2016). Trabalho doméstico remunerado. Convênio DIEESE, SEADE, MTE/FAT e instituições regionais.
- Soares do Bem, A. (1988). Telenovela e empregada doméstica: da catarse ao distanciamento. Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação, USP. São Paulo.